

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2007

I – Introdução

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a administração da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, submete à apreciação dos Senhores Conselheiros as Demonstrações Financeiras concernentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

II – Mensagem da Diretoria

Não há como dissociar os aspectos econômicos da fenomenologia político-social, embora muitos analistas se arriquem a tratar da área cinzenta de interseção desses dois conjuntos de questões.

A inter-relação entre o fato econômico e as circunstâncias político-sociais fica mais realçada nos processos de mudanças. Nesse sentido, a mudança organizacional é a superfície de descontinuidade entre conjunturas diversas, cuja modificação, via de regra, envolve uma reavaliação completa, ou pelo menos parcial, de um antigo padrão de comportamento coletivo. Por outro lado, um processo dessa natureza significa uma reapreciação dos padrões administrativos e dos instrumentos de ação, e isto afeta as convicções pessoais e os paradigmas até então prevalecentes, razão pela qual é tão difícil admitir a necessidade de reformas.

No caso da Conab, em vista de sua própria missão institucional, as iniciativas de mudanças têm sido uma constante no processo de gestão, de forma a adaptar os seus instrumentos de ação às realidades conjunturais e estruturais que se afiguram, trazendo em seu bojo, novos desafios na execução das políticas agrícola e de abastecimento.

Assim, é que, no transcorrer do exercício de 2007 a Companhia continuou a buscar soluções logísticas e projetos integrados, de forma a proporcionar maior eficiência e eficácia em suas operações. Nesse sentido, foram viabilizadas diversas iniciativas voltadas ao reordenamento das atividades relativas à execução e operacionalização da Política Agrícola, Gestão dos Estoques Públicos, Programa de Subvenção, Programa de Vendas em Balcão, Armazenagem e Fiscalização de Estoques Governamentais, Apoio à Comercialização da Agricultura Familiar, fortalecimento do comércio familiar de produtos básicos, apoio à modernização do setor de hortigranjeiros, entre outras ações.

Mencione-se a ênfase dada aos aspectos relacionados à governança corporativa, mediante a adoção de uma gestão mais democrática e ética perante os nossos parceiros, e buscando assegurar a manutenção de um equilíbrio entre os objetivos priorizados pela alta administração, a delegação e os controles internos.

Prioridade também recaiu sobre a qualificação adequada e o treinamento dos nossos colaboradores, com ênfase em questões relacionadas diretamente à competência e formação profissional, objetivando a alavancagem dos ativos intangíveis que impulsionam a agregação de valor ao setor agrícola e do abastecimento, dentro do patamar de sustentabilidade, especialmente em relação ao produtor rural, consumidor final, usuários de informações, comunidades carentes, parceiros em geral e a sociedade contribuinte. Acreditamos nas pessoas, preparadas, integradas e motivadas, como força motriz para o alcance dos nossos objetivos comuns.

No que concerne ao desempenho econômico-financeiro, no rol de opiniões, surgem, vez por outra, aqueles que esgrimam com excessiva facilidade o argumento de que a preocupação com as variáveis que compõem o conjunto da movimentação econômica é secundária, em vista do caráter social de que se reveste as ações da Companhia. Esquecem, porém, que parte expressiva dos dispêndios correntes e de capital deve ser coberta por meio de recursos próprios.

Mister se faz reconhecer que não há uma boa e pronta solução para a eficácia das organizações, como a maioria dos órgãos públicos. E não é possível simplesmente copiar modelos das empresas privadas, em vista dos mecanismos de competição manter a estrutura funcional mais enxuta e produtiva, e ainda pelo fato de que na administração privada é mais simples cobrar resultados de fácil mensuração.

Nesse sentido, não se sugere que a Conab deva ser administrada dentro de uma concepção empresarial que estimule a busca da rentabilidade como objetivo básico, o que desvirtuaria o seu caráter de serviço público, escapando dos critérios de economicidade global. Entretanto, é necessário que o processo de gestão contemple, em todos os níveis, além das iniciativas voltadas à captação e geração de receitas, ações objetivando o controle e racionalização seletiva dos dispêndios correntes e de capital que transitam pelos relatórios contábeis e orçamentários.

Os resultados alcançados com a implementação, no âmbito da Companhia, de um processo de administração por objetivos, assim como de um plano de metas de expansão das receitas e controle seletivo dos dispêndios, sem nenhum vezo recessivo, não deixam dúvidas quanto ao acerto das medidas.

A propósito, cabe ressaltar que o processo de mudanças não se esgota com as medidas e ajustes implementados, porquanto este implica em uma ação contínua e inesgotável na condução de uma antiga ordem de valores para outra, sempre mais nova e mais forte.

Por fim, mencione-se que, dada à condição de empresa pública da Companhia, assim como o seu objeto social, sua administração vem contemplando, naturalmente, iniciativas no sentido de conciliar três questões de natureza distintas, ou seja, o de harmonizar interesses, respectivamente, no plano econômico (geração e captação de recursos), no plano social (geração do bem-estar, que é a razão da existência da empresa, enquanto instrumento de Estado) e no plano político (equilíbrio de poderes).

Com diálogo, transparência, participação, adaptabilidade, conhecimento técnico, sensibilidade e unidade de pensamento, estamos vencendo os desafios e consolidando uma empresa moderna, estável e organizada, mesmo em conjunturas adversas.

A tarefa dos gestores – em todos os níveis – transforma-se numa obra das mais importantes, exigindo, sobretudo, competência, profissionalismo e equilíbrio para ser levada a cabo com sucesso, além de uma dose superior de clarividência, arrojo e habilidade. Clarividência para perceber o sentido dos ajustes necessários, arrojo para influir sobre as tendências na direção correta e, habilidade, para conduzir as fases de transição, minimizando as reações de inércia e eventuais incompreensões.

Todo esse avanço só foi possível pelo talento, dedicação, profissionalismo e desprendimento de todos os nossos colaboradores, desde o mais humilde até o mais graduado, espalhados por esse imenso Brasil. A todos expressamos a nossa gratidão e o nosso reconhecimento. Aos Conselhos de Administração e Fiscal, os nossos agradecimentos pelas orientações e fiscalização dos atos e fatos da gestão, que nos ajudaram na conquista dos resultados aqui expressos.

Ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, os nossos profundos agradecimentos pelo decisivo apoio que, sem o qual, não teríamos condições de viabilizar a performance alcançada.

Não poderíamos deixar de agradecer os nossos parceiros que nos desafiam no dia-a-dia a superar nossas metas e melhorar cada vez mais nosso desempenho, embasando e orientando nossas ações no presente e no futuro.

A Diretoria

III – Desempenho Corporativo

Os indicadores apresentados a seguir refletem a evolução do desempenho corporativo no exercício de 2007, relativamente às atividades desenvolvidas pela Companhia.

1. Desempenho Econômico-Financeiro

Consoante os registros contábeis relativos ao exercício de 2007, a Companhia auferiu um resultado econômico superavitário da ordem de R\$ 32.204 mil (antes das provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social), em contraposição a R\$ 668 mil do exercício de 2006, evidenciando uma expansão de 4.706,57%.

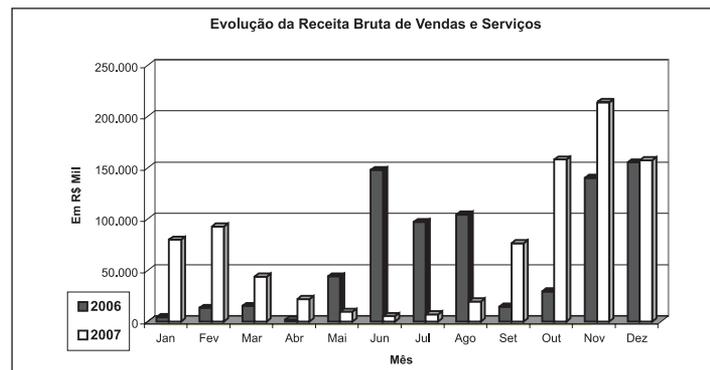
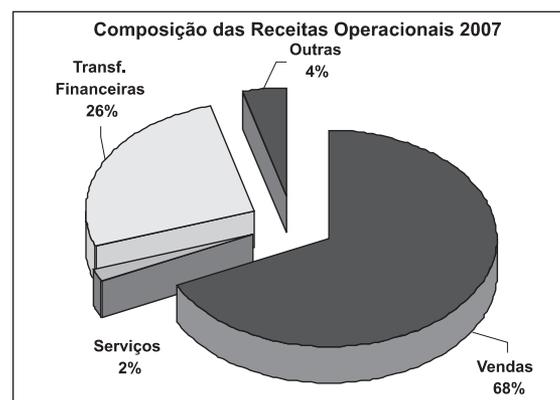
Discriminação	Valores em R\$ Mil		Var. %
	2006	2007	
Receita Bruta de Vendas/ Serviços	767.487	885.254	15,34
De Vendas	747.417	859.954	15,06
De Serviços	20.070	25.300	26,06
(+) Deduções	20.641	52.990	156,72
Receita Líquida de Vendas e Serviços	746.846	832.264	11,44
(-) Custo das Vendas e Serviços	736.726	788.941	7,09
(=) Lucro Bruto Operacional	10.120	43.323	328,09
(-) Despesas Operacionais	364.245	391.193	7,40
Pessoal	224.786	238.811	6,24
Comerciais e Administrativas	139.459	152.382	9,27
(+) Outras Receitas Operacionais	355.107	380.391	7,12
(=) Resultado Operacional	982	32.521	3.211,71
(+/-) Resultado Não Operacional	(312)	(317)	1,60
Resultado Líquido (antes IR /C. Social)	670	32.204	4.706,57

1.1 Comportamento das Receitas Operacionais

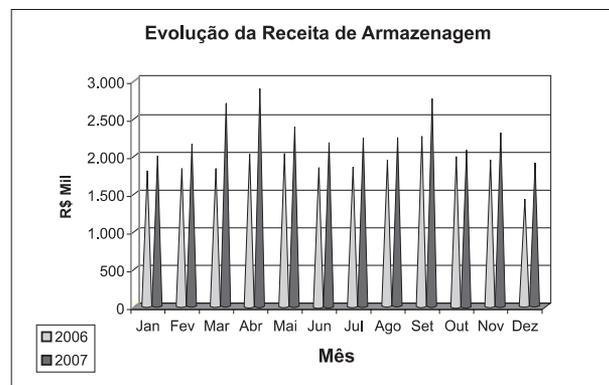
No transcorrer do exercício 2007, as receitas operacionais somaram R\$ 1.265.645 mil, o que, na comparação com o exercício de 2006, representou um crescimento de 12,74% a preços correntes. A receita bruta de vendas, com uma participação de 67,95% sobre o conjunto das receitas operacionais, expandiu na proporção de 15,06%.

Comportamento das Receitas Operacionais

Discriminação	Exercício 2006		Exercício 2007		Var. %
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
De Vendas	747.417	66,58	859.954	67,95	15,06
De Serviços	20.070	1,79	25.300	2,00	26,06
Transf. Financeiras	292.855	26,09	316.884	25,04	8,21
Outras Receitas	62.252	5,55	63.507	5,02	2,02
Total	1.122.594	100,00	1.265.645	100,00	12,74



Relativamente às receitas derivadas da prestação de serviços de armazenagem, constata-se que, de um exercício para outro, estas experimentaram um incremento de 26,06% a preços correntes, variando de R\$ 20.070 mil para R\$ 25.300 mil.



1.2 Despesas Operacionais

As despesas operacionais sofreram uma expansão nominal de 7,40% (variando de R\$ 364.245 mil para R\$ 391.193 mil), em contraposição a 12,74% observada no conjunto das receitas operacionais.

Comportamento das despesas operacionais

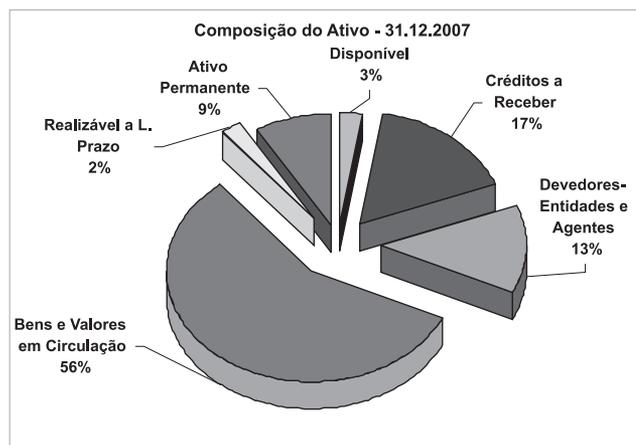
Discriminação	Exercício 2006		Exercício 2007		Var. %
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Pessoal	224.786	61,71	238.811	61,05	6,24
Comerciais e Administrativas	139.459	38,29	152.382	38,95	9,27
Financeiras Líquidas	(5.688)	(1,56)	(6.016)	(1,54)	5,77
Contribuição Cíbrus	20.062	5,51	21.616	5,53	7,75
Transferências ao Exterior	15.535	4,26	13.530	3,46	(12,91)
Material de Consumo	5.446	1,50	8.473	2,17	55,58
Diárias - Pessoal Civil	4.736	1,30	4.848	1,24	2,36
Passagens e D. Locomoção	2.982	0,82	2.940	0,75	(1,41)
Outros Serviços - P. Física	2.048	0,56	1.883	0,48	(8,06)
Locação de Mão-de-Obra	11.406	3,13	12.317	3,15	7,99
Outros Serviços - P. Jurídica	62.615	17,19	51.987	13,29	(16,97)
Obrigações Tribut. e Contrib.	13.354	3,67	27.821	7,11	108,33
Encargos de Depreciação	10.082	2,77	10.659	2,72	5,72
Outras	(3.119)	(0,86)	2.324	0,59	(174,51)
Total	364.245	100,00	391.193	100,00	7,40

2. Estrutura e Evolução Patrimonial

Relativamente ao total do Ativo, este experimentou uma retração nominal de 3,76%, relativamente ao montante registrado em 31.12.2006, variando de R\$ 2.861.640 mil para R\$ 2.582.235 mil. Por outro lado, constata-se que os estoques para alienação somaram R\$ 1.184.901 mil, constituindo-se na principal aplicação do ativo (em 31.12.2007, representaram 45,89% do total das aplicações, em contraposição a 54,12% de 31.12.2006).

No que concerne à distribuição temporal das aplicações, verifica-se que, como é natural no setor de atividades no qual se insere a Companhia, a concentração maior situa-se no curto prazo (ativo circulante), tendo atingido, em 31.12.2007, o patamar de 89,19%, contra 90,17% de 31.12.2006. Comparados com os apurados em 31.12.2006, os valores aplicados no curto prazo experimentaram uma retração de 10,75% a preços correntes, variando de R\$ 2.580.455 mil para R\$ 2.303.025 mil. Não obstante, a participação sobre o conjunto do ativo manteve-se, praticamente, estável, ao nível de 90,00%.

O Ativo Permanente, que respondeu por 7,89% do conjunto do Ativo (8,70% em 31.12.2006), variou de R\$ 225.778 mil para R\$ 224.736 mil, evidenciando um ligeiro decréscimo de 0,46%.



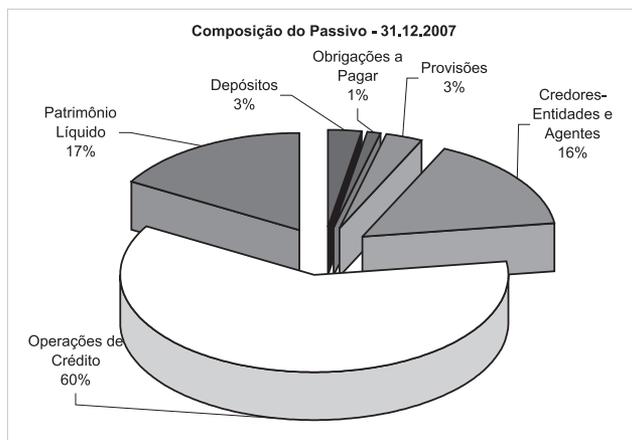
Com relação ao passivo, verifica-se que o decréscimo das obrigações de curto prazo (passivo circulante) foi superior ao das aplicações de curto prazo (ativo circulante). Outro aspecto a ser evidenciado refere-se a maior participação do capital próprio em relação aos recursos de terceiros (passivo circulante + exigível a longo prazo).

O Passivo Circulante, que responde por 83,30% do total do passivo, apresentou uma desaceleração de 12,65% a preços correntes, contra 10,75% observada no Ativo Circulante. Em consequência, o Capital Circulante Líquido aumentou na proporção de R\$ 34.241 mil, variando de R\$ 117.749 mil para R\$ 151.990 mil.

Formação do Capital Circulante Líquido

Discriminação	Valores em R\$ Mil		
	31.12.2006	31.12.2007	Diferença
Ativo Circulante	2.580.383	2.303.025	(277.358)
(-) Passivo Circulante	2.462.634	2.151.035	(311.599)
Capital Circulante Líquido	117.749	151.990	34.241

O Índice de Liquidez Corrente variou de 1,05 para 1,07.



Relativamente ao patrimônio líquido, houve uma expansão de 8,19% de 2006 para 2007, variando de R\$ 398.486 mil para R\$ 431.131 mil. Por outro lado, a participação sobre o conjunto do passivo elevou-se do patamar de 13,92% para 16,76%, evidenciando uma menor demanda em relação ao capital de terceiros.

2. Desempenho Operacional

Para cumprir sua missão e, naturalmente, suas competências estatutárias, a Companhia vem atuando:

♦ **Na formação dos estoques públicos** – adquirindo produtos por meio das Aquisições do Governo Federal – AGF, pelo preço mínimo estabelecido pelo governo ou oriundos de Contratos de Opção de Venda, que irão compor os Estoques Reguladores e Estratégicos. A administração dos estoques é realizada pela Conab, de forma a manter a regularidade do abastecimento interno e a segurança alimentar e nutricional da população, além de regular os preços de mercado, garantir a estabilidade da oferta e demanda de alimentos.

No exercício de 2007, foram adquiridas 876 mil toneladas de produtos, sendo 386 mil toneladas via AGF e 490 mil toneladas por meio do exercício de Contratos Públicos de Opção de Venda, além de 2.099 mil unidades de sacaria, envolvendo recursos da ordem R\$ 371.261 mil. No início do exercício, os estoques públicos vinculados à PGPM somavam 4.276 mil toneladas, reduzindo para 2.265 mil toneladas em 31.12.2007, o que representou uma retração de 47,00%. Isto se deveu, basicamente, ao nível de equilíbrio do mercado, que ensejou a redução da necessidade de intervenção governamental.

♦ **Na garantia de sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários e execução dos programas de escoamento de produtos** – Além do AGF e dos Contratos Públicos de Opção de Venda, a Conab também é responsável pela operacionalização dos instrumentos de política agrícola intitulados de Prêmio de Escoamento do Produto – PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada – PROP. No exercício de 2007 foram negociadas 10.091 mil toneladas, correspondendo a uma subvenção econômica equivalente a R\$ 345.440 mil.

Mencione-se, ainda, outros instrumentos de intervenção, a exemplo do Prêmio Equalizador ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO, em que foram negociadas 8.663 mil toneladas em 2007, envolvendo subvenção da ordem de R\$ 335.127 mil.

♦ **Na comercialização dos estoques públicos** – vendendo, por meio de pregão eletrônico, os estoques reguladores e estratégicos, observadas as necessidades de cada região ou identificando áreas com altas de preços, com o propósito de regular o mercado, garantindo preços justos aos consumidores finais e eliminando e/ou atenuando os movimentos especulativos. No transcorrer do exercício foram comercializados 1.433 mil toneladas de produtos agrícolas, envolvendo recursos da ordem de R\$ 484.753 mil.

♦ **Na movimentação dos estoques públicos** – promovendo o apoio logístico aos produtores e aos diversos programas de abastecimento e armazenamento, no sentido de disponibilizar espaços de estocagem nas zonas de produção para o recebimento de novas safras, posicionando estrategicamente os estoques, com o objetivo de abastecer regiões vítimas de desequilíbrios de mercado e sujeitas a movimentos especulativos. Durante o exercício foram removidas para diversas regiões do País cerca de 196 mil toneladas de produtos.

♦ **Nas pesquisas e avaliação de safras** – promovendo a pesquisa e avaliação de safras, utilizando tecnologias modernas, inclusive com o uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS – Global Positioning System e SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira).

O procedimento de pesquisa e avaliação de safras por meio de geotecnologias é acompanhado pela aplicação de modelos agrometeorológicos nos prognósticos de rendimento, assim como por levantamento de campo.

♦ **Na operacionalização do Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar – PAA** – com a responsabilidade pela execução das ações diretas do PAA, por força de convênios mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. O PAA constitui-se em uma ação estruturante do Fome Zero, no que se refere ao incentivo e fortalecimento da agricultura familiar, em particular na comercialização, garantindo renda aos produtores familiares e reduzindo os preços dos alimentos. Compreende, também, ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários, adquiridos junto ao público alvo, às populações carentes.

Em última instância, referida iniciativa do atual Governo e de expressivo significado sócio-econômico, visa, sobretudo, a melhoria do nível de renda dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e das condições calórico-proteicas das populações de baixa renda.

Por força dos convênios mantidos com o MDA e MDS, no exercício 2007 as operações do PAA executadas pela Conab atenderam a 411 Municípios e 24.017 produtores/famílias, sendo adquiridas 87 mil toneladas de produtos, envolvendo recursos da ordem de R\$ 293.613 mil.

Mencione-se, ainda, as ações relativas à aquisição de produtos da agricultura familiar, e destinados a doação a entidades carentes, de conformidade com o convênio mantido com o MDS (CPR-Doação), cuja movimentação em 2007 teve a seguinte configuração:

Nº de Agricultores	65.697
Nº de Municípios	770
Quantidade adquirida (mil t)	117
Volume de Recursos - R\$ mil	135.808
Nº Entidades beneficiadas (doação)	19.282
Nº de pessoas beneficiadas (doação)	8.161.756

♦ **Na execução dos serviços de armazenagem e no acompanhamento do setor** – A Conab conta atualmente com 96 complexos armazenadores (179 armazéns) em operação, com capacidade estática de 2.188 mil toneladas, destinadas ao atendimento supletivo e ao suporte de armazenagem de estoques públicos.

Por outro lado, promove o gerenciamento do Cadastro Nacional de Armazéns composto por 16.286 armazéns e capacidade estática de 122.871 mil toneladas, realiza estudos sobre a redução de perdas em armazenagem e coleta e disponibiliza informações sobre estoques privados, e outras iniciativas de interesse do setor.

♦ **Na fiscalização dos estoques públicos** – envolvendo mais de uma centena de fiscais no processo de vistoria quantitativa, de forma a identificar e inibir os desvios de produtos, as perdas, as irregularidades e as condições inadequadas de manutenção e conservação dos estoques nos armazéns, e ainda, a regularidade do desenvolvimento dos instrumentos de sustentação de preços. O processo de fiscalização vem contribuindo de forma decisiva para a redução dos índices de perdas e inibição de desvios, situando-se atualmente em 0,35%, tendo sido fiscalizadas, cumulativamente, no exercício 2007, 17.580 mil toneladas, onde se constatou as seguintes ocorrências:

Ocorrência	Quantidade (mil t)
Abaixo Padrão - AP	2,3
Desclassificado	2,6
Desvio	44,8
Perdas em armazenagem	17,9

♦ **No apoio aos pequenos suinocultores, avicultores, granjeiros, moinhos coloniais, entre outros** – por meio do Programa de Vendas em Balcão a Conab garante a oferta de milho ao público alvo em suas respectivas regiões, e a preços que proporcione à viabilização de seus empreendimentos. No transcorrer do exercício de 2007, foram vendidas 214 mil toneladas para 41.658 clientes, envolvendo recursos da ordem de R\$ 77.689 mil.

♦ **Na organização dos micros e pequenos varejistas** – por meio do programa denominado de “Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP”, a Conab está desenvolvendo ações com o objetivo de proporcionar aos micros e pequenos varejistas de produtos básicos, um sistema de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seu empreendimento, mediante o suporte técnico necessário, acesso direto aos fornecedores e obtenção de financiamento para capital de giro, gerando, conseqüentemente, melhoria do suprimento alimentar às comunidades, pela oferta de produtos de qualidade e a preços acessíveis; maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação para os Municípios, por conta da formalização e expansão do comércio local.

Em 2007 o número de filiados à rede atingiu 1.333 varejistas. Mencione-se, ainda, o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Conab e o Banco do Nordeste, criando uma linha de crédito de R\$ 50.000 mil para os varejistas filiados ao REFAP.

♦ **No fomento ao desenvolvimento do setor de hortigranjeiros e na modernização do processo de gestão e da infra-estrutura de comercialização** – por meio de Portaria MAPA nº 171, de 24 de março de 2005, foi instituído, no âmbito da Conab, o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, com a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e os agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, fomentar o desenvolvimento do setor. Registre-se que 61 mercados atacadistas já aderiram ao Programa.

♦ **No apoio à política de segurança alimentar e nutricional – Fome Zero** – Já no início do atual Governo, a Conab foi instada a participar na execução das ações estruturantes do fome zero, envolvendo operações de compra, recepção, controle de qualidade, armazenagem, logística/transporte e distribuição de produtos às populações em situação de insegurança alimentar, envolvendo grupos de acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, em situação emergencial, movimento de atingidos por barragens e indígenas. No exercício de 2007 houve 2.271.362 atendimentos, com a distribuição de 54,3 mil toneladas de alimentos a 576.935 famílias.

♦ **Na disseminação de conhecimentos e informações** – A Conab elabora e divulga informações relativas aos setores agrícola e de abastecimento, tais como, mais de 6.000 séries de preços de produtos agropecuários e insumos, 72 indicadores econômicos, balança comercial do agronegócio com mais de 2.200 itens da NCM – Nomenclatura de Comércio do Mercosul, acompanhamento dos principais produtos exportados e importados, índices de preços recebidos pelos produtores, informações gerenciais sobre os instrumentos de sustentação de preços e de escoamento de produtos, análise conjunturais relativas a diversos produtos no mercado nacional e internacional, entre outros.

Brasília-DF, 12 de março de 2008

WAGNER GONÇALVES ROSSI
PRESIDENTE

BALANÇO PATRIMONIAL - Exercício findo em 31 de dezembro de 2007

ATIVO	VALORES EM R\$ MIL	
	2007	2006
CIRCULANTE	2.303.024	2.580.456
DISPONÍVEL	65.594	37.368
Bancos Conta Movimento	10	10
Aplicações Financeiras	65.584	37.358
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	761.418	742.981
CRÉDITOS A RECEBER	423.960	396.144
Devedores por Fornecimento	18.247	18.278
Créditos Tributários	178.109	226.866
Recursos a Receber	217.057	139.254
Créditos Diversos a Receber	10.547	11.746
DEVEDORES-ENTIDADES E AGENTES	334.400	344.103
Entidades Devedoras	14.118	13.393
Créditos Parcelados	119	194
Recursos da União	27.362	64.720
Diversos Responsáveis - Apurados	292.801	265.796
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	3.034	2.723
Adiantamentos a Pessoal	3.034	2.723
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	24	11
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.475.975	1.781.090
Estoques para Alienação	1.184.901	1.548.730
Estoques de Distribuição	0	438
Almoxarifado	952	944
Títulos e Valores em Circulação	507	352
Materiais em Trânsito	87	1.374
Compra Antecipada - Entrega Futura	289.528	229.252
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	37	19.017
Valores Pendentes	37	19.017
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	54.474	55.406
DEPÓSITOS REALIZ. A LONGO PRAZO	32.711	31.627
Depósito Compulsório	838	838
Recursos Vinculados	31.873	30.789
CRÉDITOS REALIZ. A LONGO PRAZO	21.763	23.779
Devedores - Entidades e Agentes	6.687	6.604
Créditos Diversos a Receber	15.076	17.175
ATIVO PERMANENTE	224.737	225.778
INVESTIMENTOS	90.404	91.941
Participações Societárias	35.026	35.035
Outros Investimentos	55.378	56.906
IMOBILIZADO	134.333	133.837
Bens Imóveis	221.567	217.211
Bens Móveis	47.601	41.898
Depreciações	(134.835)	(125.272)
TOTAL	2.582.235	2.861.640

PASSIVO	VALORES EM R\$ MIL	
	2007	2006
CIRCULANTE	2.157.479	2.462.635
DEPÓSITOS	73.034	33.556
CONSIGNAÇÕES	1.862	730
Planos de Seguros	108	0
Empréstimos	64	327
Outros Tributos e Consignações	1.690	403
RECURSOS DA UNIÃO	11.309	6.877
Recursos Fiscais	4.189	2.748
Recursos Previdenciários	7.120	4.129
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	59.863	25.949
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.084.445	2.429.079
OBRIGAÇÕES A PAGAR	27.769	45.764
Fornecedores	19.623	22.540
Pessoal a Pagar	17	2
Encargos Sociais a Recolher	1.001	0
Obrigações Tributárias	38	478
Resíduos Passivos	0	21.162
Débitos Diversos a Pagar	3.453	1.582
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	3.637	0
PROVISÕES	82.231	80.217
Provisão para Férias	17.577	15.256
Provisão para o INSS	9.251	9.251
ICMS s/ Mercadorias para Revenda	0	3.846
Provisão para ICMS	46.469	46.469
Provisão para o PIS/PASEP	0	2
Provisão p/ IRPJ e CSLL	2.807	2
Provisão para COFINS	0	9
Encargos Sociais sobre Provisões	6.127	5.382
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	411.185	380.503
Entidades Credoras	411.185	380.503
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.551.220	1.912.670
Internas e Externas	0	82
Operações Especiais	1.551.220	1.912.588
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	11.800	9.863
Adiantamentos de Clientes	11.800	9.863
OUTRAS OBRIGAÇÕES	240	62
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	69	519
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69	519
Depósitos e Cauções	69	69
Operações de Crédito - Externa	0	450
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	424.687	398.486
Capital	223.181	223.181
RESERVAS	37.313	36.080
Reservas de Capital	26.545	26.078
Reservas de Lucros	10.768	10.002
RESULTADO ACUMULADO	164.193	139.225
TOTAL	2.582.235	2.861.640

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercício findo em 31 de dezembro de 2007

DETALHAMENTO	VALORES EM R\$ MIL	
	2.007	2.006
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	885.254	767.486
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	859.954	747.416
Vendas Estoques Estratégicos	237.614	330.336
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	622.325	419.149
Vendas Abastecimento Social	391	604
Vendas Atacado - Outros	34	14
Adição a Receita de Vendas	(410)	(2.687)
RECEITA DE SERVIÇOS	25.300	20.070
Serviços de Armazenagem	25.300	20.070
(-) DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	52.990	20.641
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	832.264	746.845
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	983.316	985.389
CMV - Estoques Estratégicos	359.056	510.114
CMV - Estoques Reguladores-PGPM	624.233	475.275
CMV - Atacado e Outros	27	0
(+/-) ARREDONDAMENTOS	191	102
(-) EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	(194.567)	(248.765)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	43.324	10.119
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	400.640	364.243
(-) DESPESAS DE PESSOAL	238.811	224.785
Vencimentos e Vantagens Fixas	161.734	139.919
Obrigações Patronais	55.838	49.893
Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil	9.528	9.023
Sentenças Judiciais e Dep. Compulsórios	11.711	25.950
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	161.829	139.458
Despesas/Receitas Financeiras	(6.017)	(5.688)
Contrib. a Entid. Fechadas de Previdência	21.616	20.062
Transf. a Inst. Privada sem Fins Lucrativos	163	113
Transferências ao Exterior	13.530	15.535
Material de Consumo	8.473	5.446
Diárias-Pessoal Civil	4.848	4.736
Passagens e Desp.com Locomoção	2.940	2.982
Serviços de Consultoria	0	1
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.883	2.048
Locação de Mão-de-Obra	12.317	11.406
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	63.650	62.615
Obrigações Tributárias e Contributivas	27.799	13.354
Obras e Instalações	0	2
Aquisições de Bens para Revenda	57	63
Outras Despesas Operacionais	10.570	6.783
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	389.967	355.106
Transferências Financeiras	326.460	292.855
Multas e Encargos de Outras Origens	3.724	2.875
Indenizações e Restituições	48.701	33.172
Receitas Imobiliárias	4.918	5.312
Receitas de Valores Mobiliários	33	23
Receitas Diversas	6.131	20.869
RESULTADO OPERACIONAL	32.651	982
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(446)	(314)
RECEITA NÃO OPERACIONAL	457	26
Alienação de Bens Móveis	(700)	(379)
Alienação de Bens Imóveis	172	0
Depreciação - Reversão	985	405
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	903	340
RESULTADO ANTES DO IMP. RENDA E CONTR. SOCIAL	32.205	668
Provisão para Imposto de Renda	2.049	0
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	758	2
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	29.398	666
LUCRO POR AÇÃO	15,81	0,36

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2007

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL	
	2007	2006
1. ORIGENS DOS RECURSOS		
Lucro Líquido do Exercício	29.398	666
Depreciações	10.549	10.070
Lucro/Prejuízo na Venda do Ativo Permanente	(458)	(65)
Resultado Ajustado do Exercício	39.489	10.671
Reserva de Transf.p/ Aumento de Capital	443	0
Redução do Ativo Realizável a Longo Prazo	932	6.425
Alienação de Investimentos e do Ativo Imobilizado	956	63
Desincorporação de Bens Patrimoniais/Investimentos	(1.453)	1.114
TOTAL DAS ORIGENS	40.367	18.273
2. APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aquisições de Bens ou Direitos do Ativo Imobilizado	8.528	3.463
Redução do Passivo Exigível a Longo Prazo	450	170
Dividendos Propostos	3.637	0
TOTAL DAS APLICAÇÕES	12.615	3.633
3. VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO	27.752	14.640
4. DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO		
ATIVO CIRCULANTE		
No Início do Exercício	2.580.455	2.367.971
Resultado de Exercícios Anteriores	(26)	(46)
Ativo Circulante Inicial Ajustado	2.580.429	2.367.925
No Final do Exercício	2.303.025	2.580.455
	(277.404)	212.530
PASSIVO CIRCULANTE		
No Início do Exercício	2.462.635	2.260.745
Resultado de Exercícios Anteriores	0	4.000
Passivo Circulante Inicial Ajustado	2.462.635	2.264.745
No Final do Exercício	2.157.479	2.462.635
	305.156	(197.890)
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	27.752	14.640

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findo em 31 de dezembro de 2007

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RES. LUCROS RESERVA LEGAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET. DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	DOAÇÕES E SUBVENC. P/ INVESTIMENTO			
SALDO EM 01/01/2006	223.181	25.373	0	616	10.003	142.642	401.815
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR						(4.084)	(4.084)
RESULTADO DO EXERCÍCIO						666	666
DOAÇÕES			0	89			89
SALDO EM 31/12/2006	223.181	25.373	0	705	10.003	139.224	398.486
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR						(26)	(26)
RESULTADO DO EXERCÍCIO						29.398	29.398
TRANSF. P/ AUM. DE CAPITAL			443				443
DOAÇÕES				23			23
CONSTITUIÇÃO RESERVA					766	(766)	
DIVIDENDOS PROPOSTOS						(3.637)	(3.637)
SALDO EM 31/12/2007	223.181	25.373	443	728	10.769	164.193	424.687

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2007

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL	
	2007	2006
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	29.398	666
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	10.547	(2.251)
Depreciações	9.563	9.645
Redução (Aumento) nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	3.329	(1.438)
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	53.189	(77.459)
Aumento nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(77.803)	(38.202)
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	9.620	(85.722)
Redução em Pessoal e Encargos	(19.026)	(5.641)
Aumento nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	(13)	(17.327)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	19.158	5.651
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	(56.335)	19.454
Aumento nas Consignações e Fornecedores	(1.785)	8.443
Aumento nos Depósitos e Cauções	33.914	24.785
Aumento nos Dividendos a Pagar	3.637	0
Aumento nas Provisões	2.014	6.242
Aumento nas Entidades Credoras	30.682	145.169
Aumento nos Adiantamento de Clientes	1.937	9.543
Aumento nos Recursos Vinculados	(1.084)	(5.224)
Redução nas Operações de Crédito Externa	(450)	(170)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	39.945	(1.585)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Participações Societárias	9	2.103
Desincorporação de Outros Investimentos	1.528	4.874
Aplicações no Imobilizado	(10.059)	(8.955)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.522)	(1.978)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/ Aumento de Capital	443	0
Dividendos a Pagar	(3.637)	0
Doações e Subvenções p/ investimento	23	89
Resultado de Exercício Anterior	(26)	(4.084)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(3.197)	(3.995)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	28.226	(7.558)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	28.226	(7.558)
No Início do Exercício	37.368	44.926
No Final do Exercício	65.594	37.368

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2007	%	2006	%
1.RECEITAS	884.937	228,95	767.173	256,41
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	885.254	229,03	767.485	256,51
1.2 - Não Operacionais	(317)	-0,08	(312)	-0,10
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	874.057	226,13	818.770	273,65
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	798.481	206,58	745.905	249,30
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	75.576	19,55	72.865	24,35
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	10.880	2,81	(51.597)	-17,25
4.RETENÇÕES	10.770	2,79	10.094	3,37
4.1 - Depreciação	10.770	2,79	10.094	3,37
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	110	0,03	(61.691)	-20,62
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	386.416	99,97	360.891	120,62
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	386.416	99,97	360.891	120,62
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	386.526	100,00	299.200	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	386.526	100,00	299.200	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	273.515	70,76	258.030	86,24
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	79.432	20,55	39.030	13,04
8.3 - Juros e Aluguéis	1.374	0,36	1.472	0,49
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	32.205	8,33	668	0,22
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda e Contr. Social	2.049	0,53	0	0,00
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	758	0,20	2	0,00
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	29.398	7,61	666	0,22
8.8 - Dividendos	3.637	0,94	0	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	766	0,20	0	0,00
8.10 - Lucros Retidos	24.995	6,47	666	0,22

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (em R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

A Companhia tem como missão institucional **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural**, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento, onde tem o papel de destaque na implementação de padrões de acessibilidade e inclusão agrícola de parte da população voltada a essa atividade. Para tanto, atua com uma estrutura composta de unidades administrativas na Matriz e 21 Superintendências Regionais e, ainda, por 96 unidades armazenadoras, constituídas de 179 armazéns, destinadas à prestação de serviços de armazenamento de estoques públicos e privados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas adotadas no Brasil, de conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e a Lei nº 4.320/64, que define as normas de direito financeiro e orçamentário da União.

A Conab, como entidade de Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; elabora as demonstrações contábeis, utilizando critérios que atendam aos requisitos do orçamento público.

Em conformidade com a Decisão Normativa – DN/TCU nº 85/07, alterada pela Decisão Normativa – DN/TCU nº 88/07, a Conab apresentará Prestação de Contas consolidando a Matriz e as Superintendências Regionais dos seguintes estados: BA, ES, MA, MS, PA, PB, PI, RJ, RN, SC, SP e TO. As demais Superintendências (AM, CE, GO, MT, MG, PR, PE, RS e RO) apresentarão Prestação de Contas individuais.

a. Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

Foi elaborada de acordo com a Lei nº 11.638/07 e a Norma de Procedimentos de Contabilidade - NPC nº 20, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON

b. Demonstração do Valor adicionado - DVA

Foi elaborada de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Norma de Contabilidade – NBC T3.7, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.010/05.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir, referem-se a práticas e aplicação apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. aplicações financeiras: registradas pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício;

b. créditos a receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. estoques reguladores e estratégicos: a formação e manutenção de Estoques Reguladores e Estratégicos são executadas com orçamento próprio, mediante a transferência direta dos recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, excluído o ICMS recuperável, conforme disposto na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04;

d. demais estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

e. débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos.

f. almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

g. investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/95, das atualizações monetárias correspondes;

h. imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou constituição, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e de conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

i. imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: o imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro registrados no livro de apuração do lucro real – LALUR, foram apurados com base no lucro real, trimestral, considerado para efeito de apuração, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social;

j. benefícios e empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são o de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença. Informações complementares estão descritas na nota 21.a;

k. ajustes de exercícios anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados;

l. reconhecimento da receita:

l.1. serviços de armazenagem: as receitas de serviços de armazenagem são reconhecidas quando estes são prestados. O complexo armazenador está representado por 179 armazéns, com capacidade estática de 2,2 milhões de toneladas que atende a diversos clientes vinculados ao setor de abastecimento; e

l.2. receita de venda dos estoques públicos: as receitas são reconhecidas por ocasião da venda dos produtos. Os estoques públicos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos, em função da política de abastecimento de cada região do País, são vendidos por meio de pregão eletrônico ou pelo programa vendas em balcão, garantindo assim preços justos aos consumidores finais, minimizando os movimentos especulativos. Essas operações estão regulamentadas no art. 31, da Lei nº 8.171/91, e Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04;

m. reconhecimento da despesa: as despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização da receita. As despesas que competem a exercícios futuros são diferidas.

4. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados futuramente, a saber:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2007	2006
ICMS a Compensar	177.372	225.961
IRRF a Compensar	688	885
Contribuições Outros Impostos	49	20
TOTAL	178.109	226.866

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

5. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$ 166.001, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2008, de despesas processadas e liquidadas e restos a pagar não processados, relativos a gastos com custeio e convênios.

6. RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL

Contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$ 28.351, referem-se às aquisições contratadas em 1999 para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos, cujos pagamentos foram realizados com recursos próprios da Conab;
- R\$ 14.011, referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2007, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;

• R\$ 8.694, referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, provenientes de valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2008. Esses recursos fizeram parte do processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – Quadro III, item 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, conforme demonstrativo:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2007	2006
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	166.001	77.445
Recursos a Receber – Tesouro	51.056	61.808
TOTAL	217.057	139.253

7. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$ 18.247, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

8. CRÉDITOS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

No exercício de 2007 foram efetuados os registros dos valores a receber de servidores, referentes ao Serviço de Assistência à Saúde – SAS, cujo saldo em 31/12/07 corresponde a R\$ 4.022.

a. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2007	2006
Créditos por Alienação de Bens	5.594	7.278
Créditos por Cessão de Pessoal	781	876
Créditos com Servidores – SAS e outros	4.172	3.592
Subtotal	10.547	11.746

b. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2007	2006
Créditos por Alienação de Bens	9.138	12.078
Títulos a Receber	5.679	4.643
Outros Créditos	241	271
Subtotal	15.058	16.992
TOTAL DOS CRÉDITOS (A + B)	25.605	28.738

9. DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes; débitos apurados relativos a perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos depositados em armazéns de terceiros, multas por atraso na entrega de mercadorias e outros débitos.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de novembro e dezembro de 2007 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2007, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

a. Devedores – Entidades e Agentes – Curto Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2007	2006
Entidades Federais	14.096	13.393
Entidades Estaduais, Distritais e Municipais	22	-
Créditos Parcelados	119	194
Recursos da União	27.362	64.720
Diversos Responsáveis - Apurados	292.801	265.796
TOTAL	334.400	344.103

b. Devedores – Entidades e Agentes – Longo Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2007	2006
Créditos Parcelados	6.579	6.494
Créditos a Recuperar	107	110
TOTAL	6.686	6.604

10. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no curto e longo prazo, totalizando R\$ 31.897.

11. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$ 289.528, representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, para Compra Antecipada – CPR Alimento e Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar que será quitado mediante a entrega de produtos ou em espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei.

Descrição	EXERCÍCIO	
	2007	2006
Estoques de Mercadorias	1.184.901	1.549.168
Estoques de Almoxarifado	1.459	1.296
Estoques em Trânsito	86	1.374
Compra Antecipada - CPR	289.528	228.613
Estoques a Incorporar - Restos a Pagar	-	638
TOTAL	1.475.974	1.781.089

12. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$ 59.863, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP.

13. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido foram apurados com base no lucro real trimestral, na forma da legislação em vigor.

Demonstrativo de Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social do Exercício

Discriminação	Imposto Renda		Contribuição Social Sobre Lucro Líquido	
	2007	2006	2007	2006
Resultado Econômico	11.986	10.080	11.986	10.080
(+) Adições	47	11.810	47	11.810
(-) Exclusões	3	21.886	3	21.886
(-) Outras	9.982	1	11.273	2
Total de Tributo Recolhido	2.048	3	757	2

Foram constituídas Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no valor de R\$ 757, e Provisão para o Imposto de Renda no valor de R\$ 2.048, incidentes sobre o lucro real apurado no Livro de Apuração do Lucro Real no 4º trimestre de 2007, relativo às operações com atividades próprias da Conab.

14. PROVISÃO PARA ICMS

Em função das atuações fiscais ocorridas no Estado do Mato Grosso, foi constituída provisão para o ICMS no exercício de 2003, no valor de R\$ 43.253, referente aos Autos de Infração nºs 42.185, 42.186, 42.200 e 25.539 da Secretaria de Fazenda daquele Estado que estão em discussão na esfera judicial, além do valor de R\$ 3.216, objeto do processo nº 96.0454318 e outros, da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, todos relacionados com as operações da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPm.

15. PROVISÃO PARA O INSS

Permanece provisionada a parte correspondente ao abono do acordo coletivo de trabalho concedido nos anos de 1996 a 2000, no valor de R\$ 6.326, além do valor de R\$ 226, referente aos Autos de Infração nºs 31984538-9, 31984613-0, 31984610-5, 31984616-4, 31984609-1, 31984607-5, 31984611-3, 31984615-6, 31984612-1, 31984614-8, 31984539-7, 31984608-3 e 31984618-0, oriundos de glosas realizadas pelo INSS nas compensações feitas nos créditos do FINSOCIAL, apurados na Superintendência Regional do Rio Grande do Sul.

Foi constituída neste exercício provisão para o INSS no valor de R\$ 2.699, referente ao abono proveniente de acordo coletivo de trabalho, objeto da Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD nº 35722571-6 e parte do Auto de Infração nº 35722573-2, contestado judicialmente pela Conab, correspondente ao período de 2000 a 2003.

16. CRÉDITOS DO TESOUREO NACIONAL - ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/07, corresponde a R\$ 1.551.220.

17. USAID/CLUBE DE PARIS

Trata-se de financiamento assinado em 1971, com vencimentos semestrais, amortizáveis em dólar americano, a juros de 2% a.a., durante os dez primeiros anos e o restante a 3% a.a., e destinado a financiar a modernização do Sistema de Abastecimento.

De acordo com o Decreto nº 5.994/06, Portaria nº 354/07 e Ofício nº 48/07 STN/CODIV/GEROR, a dívida passou a ser gerenciada pelo Tesouro Nacional e o saldo no total de R\$ 443, foi repassado à Coordenadoria de Controle da Dívida Pública, no mês de junho de 2007.

O valor foi baixado das contas “Contratos de Empréstimos” e “Operações de Crédito Externa” e registrado na conta “Reserva de Transferência para Aumento de Capital”.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Reserva legal e dividendos: conforme incisos I e II do art. 28 das disposições estatutárias da Conab, o cálculo da Reserva Legal e Dividendos foi apurado depois de deduzidos a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, conforme abaixo:

- I – Reserva Legal – 5%
- II – Dividendos – 25%

Portanto, estão assegurados à União dividendos e suas respectivas atualizações, sendo que o valor apurado referente ao exercício de 2007 será proposto pela administração e está sujeito à aprovação do Conselho de Administração.

A constituição da Reserva Legal e o cálculo dos dividendos têm como base o lucro líquido e deduzido o valor devido para Contribuição Social e IRPJ, apurados no 4º trimestre de 2007.

O Resultado Econômico apurado no exercício de 2007, foi o seguinte:

Atividades Próprias	R\$ 19.046
Atividades Governamentais	<u>R\$ 13.159</u>
TOTAL	R\$ 32.205

Para efeito de cálculo da Reserva Legal e dos Dividendos, foi utilizado o Resultado Líquido (Atividades Próprias), conforme detalhado:

Resultado do Exercício antes do IR e CSLL	R\$ 32.205
(-) Resultado das Operações Governamentais	R\$ 13.159
= Resultado das Atividades Próprias antes do IR e CSLL	R\$ 19.046
(-) Provisão p/CSLL	R\$ 758
= Lucro antes da Provisão p/IRPJ	R\$ 18.288
(-) Provisão p/IRPJ	R\$ 2.049
= Lucro Líquido após a Provisão p/IRPJ	R\$ 16.239
(-) Reserva Legal (5%)	R\$ 812
= Base de Cálculo dos Dividendos	R\$ 15.427
(-) Dividendos Propostos (25%)	R\$ 3.857

Por ocasião do registro no Siafi da constituição da reserva no valor R\$ 766, e do cálculo dos dividendos, no valor de R\$ 3.637, foi calculado com a dedução da CSLL e IRPJ, menos o valor referente ao saldo compensado pela Conab, decorrente de retenções sofridas, gerando desta forma uma apropriação a menor, a ser regularizada no exercício de 2008.

c. Resultado do exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2007, a Companhia apurou lucro após a Contribuição Social e o Imposto de Renda, na ordem de R\$ 29.398. A seguir, demonstramos o comportamento das despesas e receitas que influenciaram o resultado (**composição do Superávit**):

DESCRIÇÃO	Real
Receita Líquida de Armazenagem	24.171
Receita Líquida de Vendas (menos o custo)	22.110
Juros s/Aplicações Financeiras	5.974
Doações Recebidas (Estoques Estratégico/MO/PAA)	7.176
Receitas de Aluguel	4.918
Resultado Indeniz. (Ressarc. Desp. Manut. Est. Públicos e outras)	51.320
Resultado CPR-Alimento (Agricultura Familiar)	3.791
Resultado de Perdas de Mercadorias	2.569
Resultado Negativo de Créditos Tributários	(21.868)
Depreciações – Administração	(10.571)
Resultado Provisões/Recursos Vinculados	(1.228)
Resultado de Multas e Juros de Mora	3.691
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	2.443
Outras Receitas	3.598
Despesas Comerciais e Administrativa	(65.889)
Resultado Econômico	32.205
Provisão para Imposto de Renda	(2.049)
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(758)
Resultado Líquido do Exercício	29.398

20. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, no valor total de R\$ 30.149, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos a perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de aquisições do governo federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás.

20. ACÓRDÃO TCU Nº 2.016/06

Consoante determinação constante no **Ofício nº 428 TCU/SEMAG-1DT**, de 9/11/2006, em face de decisão da Sessão Plenária de 1º/11/06 que aprovou o Acórdão nº 2016/2006, proferido nos autos do Processo nº 011.810/2006-8, que se transcreve: “9.4 determinar às empresas estatais dependentes e ao Banco Central que, em cumprimento ao art. 18 da Lei 10.180/01, incluam, nas notas explicativas publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis emitidas segundo a Lei nº 6.404/76, conciliação dos valores destas com aqueles relativos aos demonstrativos levantados pela ótica da Lei nº 4.320/64 e obtidos via Siafi.”

A Conab, via decisão administrativa e objetivando dar segurança, agilidade e transparência às suas ações, ingressou no sistema Siafi em 1992, sendo a empresa estatal pioneira em adotar tal procedimento. Naquela ocasião o sistema sofreu inúmeros ajustes, de modo a permitir a contabilização de atividades de compra, estocagem e venda de produtos, além das peculiaridades próprias de empresas obrigadas a seguir os ditames da Lei nº 6.404/76. Desde então, a Conab utiliza o Siafi para registrar todos os seus atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial na modalidade total. Assim sendo, a Companhia não utiliza sistemas paralelos e as demonstrações contábeis publicadas segundo a Lei nº 6.404/76 não apresentam divergências com os demonstrativos elaborados em conformidade com a Lei nº 4.320/64, a exceção do item 18, letra b, que trata da constituição da reserva e dos dividendos. A seguir alguns pontos considerados fundamentais para eliminar tais diferenças:

a. Regime de competência: a Conab utiliza todos os mecanismos existentes no sistema que permitem o registro de despesas e receitas pelo regime de competência.

b. Inscrição em restos a pagar não processados: embora seja rotina típica de contabilidade pública, a Conab efetua registros complementares de modo a eliminar do resultado o reflexo da inscrição de restos a pagar não processados.

c. Prazo de encerramento do exercício: a Conab se estruturou de modo a cumprir os prazos estabelecidos.

21. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS

a. Planos de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador – Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2007, é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, mensalmente, também repassa valores a título de amortização de dívida, contratada do Termo de Adesão firmado em 07/10/94, bem como de Termo Aditivo firmado em 12/12/02. Até o mês de dezembro de 2007, foram amortizadas 167 parcelas, restando 73. O saldo da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2007 e 2006, respectivamente, foram de R\$ 68.146 e R\$ 75.011.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por auditores independentes e a Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária. A última Avaliação Atuarial teve como base 31 de março de 2007.

Em razão da NOTA TÉCNICA Nº 30 CGFR/CGAT, o CIBRIUS, em face da apuração de insuficiência de cobertura do Plano de Benefícios, esteve, no período de 13/12/00 a 30/11/07, em processo de intervenção federal da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social. Após o término da intervenção, a gestão da Entidade foi devolvida aos participantes e assistidos, com a composição dos seus órgãos estatutários.

Em consonância com a legislação, a cobrança das insuficiências atuariais do Plano vem sendo discutida na justiça, na 3ª Vara Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal – sob o Processo nº 2000.3400.04.4722-0.

Em 2007, praticamente após oito anos de intervenção federal no CIBRIUS/SPC, iniciaram-se, entre representantes do Departamento de Controle das Empresas Estatais – DEST, da Diretoria Colegiada da Conab e do representante da Secretaria de Previdência Complementar/Ministério da Previdência Social, discussões para o equacionamento administrativo das insuficiências de cobertura, propondo-se o Saldamento do Plano de Benefícios Conab e a modelagem de um novo plano a ser oferecido aos empregados das patrocinadoras, cujos trabalhos encontram-se em fase de modelagem técnica devendo, em ocasião oportuna, ser levado ao conhecimento da Diretoria Colegiada e dos empregados da Conab.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidas nas Normas da Organização, código 60.105.

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA - Exercício 2007

A Coordenadoria de Auditoria Interna – Coaud, com base nas normas de auditoria interna aplicáveis e nas técnicas e procedimentos amostrais realizados, examinou os atos e fatos praticados no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, relativos ao exercício findo em 31/12/2007, dando cumprimento ao disposto no inciso V, artigo 17, do Regimento Interno da Conab (Normas da Organização Código n.º 10.104). Os procedimentos de revisão consistiram basicamente de: i) entrevistas junto a profissionais da Companhia para entendimento dos principais critérios e premissas utilizados na preparação das peças inseridas no processo de prestação de contas anual; ii) análises de informações de arquivos eletrônicos extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi e confronto, em base de amostragem, dessas informações com a documentação que suportou os respectivos registros contábeis; iii) confrontação com fontes de informações extracontábeis, em base de amostragem; iv) revisão, em base de amostragem, de contratos, acordos e outros instrumentos/documentos comprobatórios, e confronto com as informações contidas no Siafi; e v) análise de processos de trabalho e de fluxos de informações que subsidiaram a percepção sobre o nível de aderência da gestão aos princípios de controles internos administrativos.

I. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os processos de prestação de prestação de contas individualizados das Superintendências Regionais da Conab nos Estados do Amazonas – AM, Ceará – CE, Goiás – GO, Minas Gerais – MG, Mato Grosso – MT, Pernambuco – PE, Paraná – PR, Rondônia – RO e Rio Grande do Sul – RS e do processo que consolida as contas da Matriz e demais Superintendências Regionais, foram organizados e apresentados em conformidade com as regras estabelecidas na Decisão Normativa/TCU n.º 85/2007, alterada pela Decisão Normativa n.º 88/2007, Norma de Execução/CGU n.º 05/2007, aprovada pela Portaria/CGU n.º 1.950/2007 e alterações introduzidas pela Portaria n.º 328/2008, tudo em consonância com a Instrução Normativa/TCU n.º 47/2004 e suas alterações.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo 2007/2008/2009, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2006, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$ 11.843 e no exercício de 2007, o montante de R\$ 11.389, beneficiando 3.249 empregados e seus dependentes.

22. CONVÊNIOS

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab, objetivando sobretudo a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1 – Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2 – Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3 – Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4 – Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, 5 – Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aqüicultura Familiar.

As ações do projeto estão sendo executadas com recursos próprios da Conab e de outros Órgãos do MAPA e MDA e, ainda da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP).

No exercício de 2006, foi repassado ao Projeto o montante de R\$ 13.986. Destes recursos, R\$ 12.554, correspondem a recursos próprios e R\$ 1.432, refere-se a recursos de terceiros. O total de despesas realizadas naquele exercício foi de R\$ 15.535.

No exercício de 2007, foi repassado o total de R\$ 11.643, sendo R\$ 1.794 de recursos próprios, R\$ 9.649 correspondem a recursos de terceiros e R\$ 200 de recursos extraordinários do orçamento da União. O total de despesas realizadas em 2007 foi de R\$ 13.529.

b. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA

A Companhia, por força dos convênios mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu a 411 municípios e 24.017 produtores/famílias, sendo adquiridas 87 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na destinados aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído no art. 19 da Lei nº 10.696/03, de 02/07/03 e regulamentada pelo Decreto nº 4.772/03, de 02/07/03.

O programa envolveu recursos na ordem de R\$ 250.047 em 2006 e, R\$ 293.613 no ano de 2007.

23. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA - LEI Nº 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007, foi publicada a Lei nº 11.638/07 que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações). A referida Lei estabelece diversas alterações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade.

As principais alterações introduzidas pela Lei têm aplicação a partir do exercício de 2008, e referem-se a:

I. Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração do Fluxo de Caixa, segregando-se essas alterações em no mínimo 03 fluxos:

- das operações;
- dos financiamentos; e
- dos investimentos.

II. Obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA;

III. Desmembramento dos subgrupos de contas do Ativo Permanente em: investimentos, imobilizado, intangível e diferido;

IV. Possibilidade de criação da reserva de incentivos fiscais, prevendo que a assembleia geral poderá propor, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório;

V. Obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na comissão de valores imobiliários;

VI. Obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo, os demais ajustados quando houver efeito relevante;

VII. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, que não poderá ultrapassar o capital social.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2007

WAGNER GONÇALVES ROSSI
PRESIDENTE

LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ
DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE GESTÃO DE ESTOQUES

SILVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF: 067475232-53

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BALANÇO ENCERRADO EM 31/12/2007

As Demonstrações Financeiras do Balanço encerrado em 31/12/2007 foram elaboradas em conformidade com a NBC T 3 (Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis), aprovada pela Resolução/CFC n.º 686/1990, com as alterações dadas pelas Resoluções/CFC n.ºs 847/1999, 887/2000 e 1.049/2005, e com o artigo 176, da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, aplicável às empresas públicas. As Demonstrações, em conjunto com as Notas Explicativas, refletem a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia.

III. CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

As ações de Auditoria Interna no exercício de 2007, conforme previsão no Paint/2007, foram executadas nas áreas Finalística (PEP, PROP, VEP), Administrativa (Benefícios Concedidos, Utilização de Veículos, Deslocamento a Serviço e Licitações e Contratos) e Contábil-Financeira (Balanço e Contábil-Financeira).

Atendendo à Instrução Normativa n.º 1, de 3 de janeiro de 2007, da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, e ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Paint, aprovado pelo Conselho de Administração, conforme Ata da Centésima Sexagésima Quinta Reunião Ordinária, de 14 de dezembro de 2006, que contemplou a programação das ações a serem executadas no exercício de 2007, a Coaud desenvolveu as atividades elencadas no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna-Raint.

Mediante aplicação de testes de observância, seguindo roteiros técnicos denominados Questionários de Avaliação dos Controles Internos Administrativos – QACI, de que tratam os itens 2.3 e 3.3 do Manual de Auditoria Interna – MAI, concluímos que os controles da entidade estão adequados e aderentes às normas internas da Conab e que aquelas disfunções pontuais estão sendo saneadas diante, inclusive, das orientações emanadas da Coaud, mediante seus relatórios.

A Conab, em linhas gerais, possui uma documentação e uma organização dos sistemas de controles internos, cujas normas internas organizativas (estatuto, regimento e organograma), manuais de rotinas e procedimentos foram disponibilizados na Intranet, a todo o corpo profissional, em atendimento aos requisitos de gestão participativa, transparente e ética, a que faz referência o inciso V, artigo 2.º do Decreto n.º 5.378, de 23/2/2005.

Constatou-se, ainda, a atenção da Conab no desenvolvimento de uma cultura de estratégia, controle e de gestão orientada a resultados, utilizando-se de canais de comunicação constante entre os seus vários níveis hierárquico-organizacionais, merecendo destaque a disponibilização física e em meio magnético (Intranet) de: "Clipping Diário", "Notícia do Dia", "Folha da Conab", etc; em consonância com a metodologia COSO (Comitê das Organizações Patrocinadoras) de controles internos, a qual propugna pela criação de um ambiente de controle sobre as transações.

IV. A REGULARIDADE DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

Durante o exercício de 2007 foram auditadas dezessete Superintendências Regionais (PI, BA, PA, SP, CE, ES, PB, RN, SC, RS, GO, PE, RJ, MT, MA, RO e TO) utilizando-se o Programa de Auditoria n.º 0012.3 - Procedimentos de Licitações e Contratos. Constatou-se que a Companhia procurou respeitar o sigilo e o não favorecimento de terceiros na fase interna dos procedimentos licitatórios, garantindo a igualdade entre os licitantes e abolindo formas de discriminação entre os participantes dos certames, em consonância com o princípio da isonomia a que se refere o artigo 3.º da Lei n.º 8.666/93.

A Coaud efetuou o acompanhamento diário das contratações diretas realizadas pela empresa, através da análise das publicações resumidas dos contratos firmados pelas Superintendências Regionais e pela Matriz, no Diário Oficial da União – DOU.

Outra fonte de informações que subsidiou o acompanhamento das contratações diretas pela Coaud foi o recebimento de comunicações internas expedidas pelos órgãos contratantes e endereçadas à Coaud, conforme sua solicitação, complementando, assim, os dados obtidos no Diário Oficial da União. A Coaud procurou acompanhar a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, principalmente no que se refere às contratações diretas pela Administração Pública e os julgados que materializam vinculações da Companhia à norma objeto de recomendação.

As eventuais impropriedades verificadas nas contratações diretas, deflagraram diligências da Coaud às unidades contratantes. Buscou-se, dessa forma, resolver situações pontuais ou orientar procedimentos futuros.

Como resultado dessas análises, a Coaud não constatou ocorrências graves que demandassem ações de fiscalização específicas, por seus auditores internos.

Os itens considerados relevantes foram incluídos nos relatórios gerados a partir das constatações *in loco*, nas auditorias realizadas, e são acompanhados por *follow-up*, até o pronunciamento saneador da unidade auditada.

V. O GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES, ESPECIALMENTE QUANTO À OPORTUNIDADE, FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Em 2007 a Conab não firmou convênio na condição de concedente. Contudo, continua em vigor o firmado em 2006 com a Fundação Artur Bernardes (Siafi n.º 572144). Esse convênio possui como objeto o treinamento, aperfeiçoamento e capacitação de pessoas ligadas ao setor de produção e armazenamento agrícola, empregados da Conab ou de pessoas por ela indicadas, bem como a realização de seminários, aprimoramento de material didático dos cursos e produção de boletins de divulgação de técnicas na área de armazenagem, desenvolvimento de projeto de pesquisa para quantificação de perdas no pós-colheita, implementação de programa de transferência e difusão de tecnologia na área de armazenagem, integração com as escolas técnicas, desenvolvimento de *software* para apurar os custos da atividade de armazenagem e processamento.

No exercício em referência – 2007 – foi liberada a 2.ª parcela do Convênio com a Fundação Artur Bernardes, no valor de R\$ 162.942,00 (cento e sessenta e dois mil, novecentos e quarenta e dois reais), conforme cronograma de desembolso, que prevê, ainda, a liberação de duas outras parcelas no exercício de 2008. Espera-se, no entanto, a apresentação da prestação de contas parcial correspondente à utilização dos recursos disponibilizados na primeira parcela liberada, em documentação específica a ser apresentada, como condição essencial para a liberação da 3ª parcela, conforme determina o § 2.º do artigo 21 da Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional – STN n.º 01/1997.

O referido convênio possui como termo final de execução a data de 6/12/2010.

VI. O CUMPRIMENTO DE RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

Em conformidade com o Raint, documento que contém o relato das ações realizadas no exercício findo, verifica-se que em 2007 aplicou-se, de forma extensiva, os programas de auditoria elaborados, de modo a obter

PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

AOS

DIRETORES E CONSELHEIROS

Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

1. Examinamos os balanços patrimoniais da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2007 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, referentes aos exercícios findos nessas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia bem como a apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Somos de parecer que os balanços patrimoniais e demonstrações referidas no parágrafo primeiro deste parecer, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, em 31 de dezembro de 2006 e 2007 e o resultado de suas operações, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, dos exercícios findos nessas datas, de acordo com a Lei 6.404/76, Lei 4.320/64 e princípios contábeis previstos na legislação brasileira.

Brasília, 25 de março de 2008

SOMA – AUDITORIA, MÉTODOS ORGANIZACIONAIS E SISTEMAS S/C
CRC-DF n.º 000378/0

ZAIDA MARIA MACHADO ALBEA
Contadora CRC-DF 007625/0

melhor avaliação sob o aspecto do cumprimento das metas e resultados gerais produzidos demonstrando razoável segurança na aderência às normas corporativas e a leis e atos normativos externos, por parte das unidades organizacionais visitadas.

A estratégia adotada, de ampla análise de conformidade, permitiu um incremento de 58% da meta de ações de auditorias planejadas. Tal incremento propiciou, além de maior economicidade, maior amplitude amostral, o que permitiu maior segurança na avaliação geral realizada.

Não obstante a razoável segurança verificada na aplicação normativa, de modo geral, a quantidade de recomendações emanadas dessas análises de conformidade demonstram maior fragilidade de controles nas áreas contábil, de comercialização (programas subvencionados: PEP, VEP e PROP) e licitações e contratos. Essas áreas representaram, juntas, 75% do total de duzentas e doze recomendações exaradas no exercício, em relatórios de auditoria, das quais restam pendentes de solução cerca de 47%, sendo na maior parte, pendências referentes a relatórios produzidos nos três últimos meses do exercício sob análise e cujas medidas saneadoras são objeto de providências por parte das unidades auditadas. O fato identificado, relevante por si, será elemento de substância para o planejamento das ações de auditorias do exercício de 2008.

VII. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Pelos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que as recomendações/determinações expedidas pelos órgãos de controle externo e interno foram objeto de ações saneadoras da Companhia com vistas ao seu cumprimento, monitoradas na forma de Plano de Providências, não só sobre os assuntos inerentes à Matriz, como também às Superintendências Regionais.

VIII. CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ao longo do exercício de 2007, o Conselho Fiscal da Conab, composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, realizou doze reuniões ordinárias, correspondentes a cada mês do ano em referência, e uma reunião extraordinária, ocorrida em março de 2007, nas quais exerceu as suas competências estatutárias de fiscalização dos atos de gestão dos administradores da Conab, análise dos balancetes mensais, exame das demonstrações contábeis anuais, além de outros assuntos de relevância à qualidade da gestão corporativa.

O Conselho de Administração da Conab, por sua vez, composto por seis membros efetivos, dentre eles o Presidente da Empresa, realizou, no decorrer do exercício de 2007, doze reuniões ordinárias, referentes a cada mês do ano, e uma reunião extraordinária, ocorrida em março de 2007, nas quais, dentre outros assuntos, exerceu suas competências estatutárias de orientação geral quanto aos negócios e prioridades da Conab, fiscalização da gestão da Diretoria Colegiada, aprovação de alterações no Regimento Interno e criação de unidades organizacionais na Companhia.

A Coaud acompanhou as decisões dos conselhos por meio de monitoramento das implementações de recomendações e correção de eventuais impropriedades apontadas, de forma amostral. Para a definição da amostra de acompanhamento, definiu-se o critério do conteúdo temático. Assim, verificou-se a implementação das decisões dos colegiados que, no entender da Coaud, eram pertinentes de acompanhamento por representarem oportunidades de melhorias nos processos de gestão ou impropriedades que demandariam ações reparadoras.

Constatou-se, inclusive, que algumas das deliberações dos Conselhos, voltadas ao aperfeiçoamento organizacional da empresa e ao gerenciamento administrativo de áreas da Companhia, foram, efetivamente, objeto de regulamentação normativa interna, por meio de portarias e resoluções.

IX. CONCLUSÃO

A prestação de contas da Conab, relativa ao exercício de 2007, está em condições de ser submetida à apreciação do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União - TCU, para fins de apreciação.

Brasília-DF, 20 de março de 2008

Fernando José Sales
Auditor Interno
CORECON/11ª R. n.º 2171

Marcelo Rodrigues Alho
Auditor Interno
CRA/DF n.º 12.201

Maria Inês Lasmar Alvarenga
Coordenadora de Auditoria Interna
CRC/DF n.º 4302-DF

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto nos incisos IV e V, do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, tendo examinado o Balanço Patrimonial da CONAB, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido, as Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas e o Relatório de Atividades do Gestor, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, considerando, ainda, o conteúdo no Parecer da Auditoria Interna, e ouvido o Conselho Fiscal, presente na Reunião Extraordinária desta data, resolve APROVA-LOS e submete-los ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Brasília-DF, 26 de março de 2008

SILAS BRASILEIRO
Presidente
GUILHERME COSTA DELGADO
Conselheiro
EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro
MAÇAO TADANO
Conselheiro
MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, com base nos incisos II, III e VII do art. 163 da Lei nº 6.404/76, e no uso das atribuições estatutárias, em reunião extraordinária realizada em 28 de março de 2008, examinamos o Relatório da Administração e os Demonstrativos Contábeis que compõem a Prestação de Contas do exercício de 2007, e respaldados no Parecer da Soma - Auditoria, Métodos Organizacionais e Sistemas S/C, de 25/3/2008, a respeito das demonstrações contábeis dos exercícios de 2006 e 2007, juntamente com correspondência desta aos Diretores da Conab e Conselheiros, datada de 27/3/2008, bem como no Parecer da Coordenadoria de Auditoria Interna- Coaud, datada de 20/3/2008, referente à gestão da Companhia do exercício de 2007, somos de opinião que o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, em 31 de dezembro de 2006 e 2007, exceto no que respeita a constituição de reserva legal, dividendo a distribuir e constituição da Reserva de Retenção, constantes do BP e da DMPL, que divergem das Notas Explicativas, item 18, alínea b. Quanto à Proposição de Orçamento de Capital para o exercício 2008, aprovada pelo conselho de administração durante reunião realizada em 26/3/2008, manifestamo-nos em favor de sua aprovação, destacando que o Orçamento tem como uma das fontes a criação de Reserva de Retenção de Lucros, no valor de R\$ 11.570 mil. Sobre a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2007, elaborada pela administração da Conab, de cerca de R\$ 16.239 mil originados da atividade própria da Companhia, opinamos favoravelmente à constituição de R\$ 812 mil a título de Reserva Legal, à distribuição de Dividendos de 25%, no valor de R\$ 3.857 mil, e à constituição da Reserva de Retenção de Lucros de R\$ 11.570 mil. Brasília-DF, 28 de março de 2008. MAURÍCIO ANDRADE COURA – PRESIDENTE; EVANIR VALENTIM DE MELO DA MOITA – CONSELHEIRA; LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA - CONSELHEIRA.

MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE

EVANIR VALENTIM DE MELO DA MOITA
CONSELHEIRA

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA